

Centro e Norte do país: Conflitos militares ameaçam direitos humanos

01 Julho 202



O VICE-MINISTRO da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Filimão Suaze, reconheceu ontem em Maputo os direitos humanos em Moçambique estão ameaçados devido aos conflitos militares nas províncias de Manica, Sofala e Cabo Delgado, esta última que sofre ataques terroristas.

Filimão Suaze, que falava na abertura de uma mesa-redonda alusiva à comemoração dos 40 anos da adopção da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, ontem assinalados, afirmou que esta situação constitui um desafio enorme, sobretudo no que respeita à garantia da observância dos direitos consagrados na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

O vice-ministro destacou o conflito militar no centro do país, protagonizado pela Junta Militar da Renamo, e os ataques terroristas em Cabo Delgado, que matam pessoas inocentes e destroem infra-estruturas públicas e privadas.

Segundo Suaze, estes ataques tornam Moçambique centro de debate a nível regional e internacional, com destaque para Palma, distrito de Cabo Delgado, onde os terroristas atacaram em Março e mataram população indefesa, incluindo cidadãos estrangeiros.

“Esta situação de insegurança está a provocar deslocamentos internos, algo que desvaloriza todos os esforços pela paz feitos por moçambicanos”, disse.

O vice-ministro reconheceu ainda que a cidade de Pemba e outros distritos seguros da província de Cabo Delgado continuam a receber todos os dias crianças vindas dos distritos sob ataques terroristas, assegurando que estão sendo criadas condições para que estas crianças encontrem as mínimas condições.

Este ano, a data comemorou-se sob o lema “Realidade dos 40 anos da implementação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e a viagem rumo a África que queremos”.

A mesa-redonda, organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Centro de Serviço Regional para África, em coordenação com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, visava reflectir sobre os avanços e desafios da aplicação da Carta Africana de Banjul em Moçambique.

Desde a sua entrada em vigor, a Carta Africana tem permitido a indivíduos e comunidades o exercício dos seus direitos fundamentais, tanto a nível nacional como continental. Tem igualmente ajudado a equilibrar o conceito de soberania do Estado face à responsabilização, enfatizando que as violações dos direitos humanos já não podem ser deliberadamente ignoradas dos “assuntos internos”.

<https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/102692-centro-e-norte-do-pais-conflitos-militares-ameacam-direitos-humanos>